

CAB - Sistema
Produtor Alto
Tietê S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de
2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 3323-6650, Fax 55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
CAB - Sistema Produtor Alto do Tiete S.A.
Suzano - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB - Sistema Produtor Alto do Tiete S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB - Sistema Produtor Alto do Tiete S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 23 (e) às demonstrações financeiras que descreve que as operações da Companhia poderão ser impactadas pelos efeitos decorrentes do processo de investigação da Operação “Lava Jato” conduzido pelo Ministério Público Federal sobre o suposto envolvimento do acionista não controlador, Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial) e do ingresso do controlador indireto, Galvão Participações S.A., no processo de recuperação judicial homologado em 14 de setembro de 2015. A Companhia está sujeita ao risco de liquidez do Grupo, caso o controlador venha requerer recursos da Companhia para operacionalizar o Grupo como um todo, portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior



do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de janeiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.515	13.795	Fornecedores e outras contas a pagar	12	33.619	35.006
Contas a receber e outros recebíveis	10	54.798	72.203	Financiamentos	13	20.583	18.808
Impostos e contribuições a recuperar	11	3.379	3.949	Obrigações fiscais	14	2.890	5.228
Estoques		1.675	1.071	Provisões e encargos trabalhistas		1.944	1.685
Despesas antecipadas		176	159	Dividendos a pagar	23(e)	7.628	29.650
Total do ativo circulante		73.543	91.177	Total do passivo circulante		66.664	90.377
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Depósitos bancários vinculados	9	9.341	-	Financiamentos	13	174.667	192.479
Contas a receber e outros recebíveis	10	317.176	340.753	Obrigações fiscais	14	32.031	34.664
Impostos e contribuições a recuperar	11	13.508	22.431	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	40.189	41.960
Total do realizável a longo prazo		340.025	363.184	Provisões para contingências	15	15	62
Imobilizado		1.827	2.087	Total do passivo não circulante		246.902	269.165
Intangível		12	17	Patrimônio líquido	16		
Total do ativo não circulante		341.864	365.288	Capital social		71.000	71.000
				Reservas de lucros		30.841	25.923
Total do ativo		415.407	456.465	Total do patrimônio líquido		101.841	96.923
				Total do passivo		313.566	359.542
				Total do passivo e patrimônio líquido		415.407	456.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	20	64.401	82.389
Custo dos serviços prestados	21	<u>(35.430)</u>	<u>(34.138)</u>
Lucro bruto		<u>28.971</u>	<u>48.251</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	21	(9.995)	(12.929)
Outras receitas		<u>21</u>	<u>53</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>18.997</u>	<u>35.375</u>
Receitas financeiras	22	3.394	1.884
Despesas financeiras	22	<u>(22.620)</u>	<u>(21.012)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(19.226)</u>	<u>(19.128)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(229)</u>	<u>16.247</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.648)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>1.771</u>	<u>(4.977)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(106)</u></u>	<u><u>10.577</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	<u>(106)</u>	<u>10.577</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(106)</u></u>	<u><u>10.577</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	71.000	4.713	-	-	75.713
Resultado do exercício	-	-	-	10.577	10.577
Reversão de dividendos propostos	-	-	15.657	-	15.657
Reserva legal	-	529	-	(529)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.024)	(5.024)
Reserva de lucros	-	-	5.024	(5.024)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>71.000</u>	<u>5.242</u>	<u>20.681</u>	<u>-</u>	<u>96.923</u>
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	5.024	-	5.024
Resultado do exercício	-	-	-	(106)	(106)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	(106)	106	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	<u>71.000</u>	<u>5.242</u>	<u>25.599</u>	<u>-</u>	<u>101.841</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(106)	10.577
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	281	262
Resultado na venda de imobilizado	-	3
Provisão para contingências	(47)	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.771)	4.977
PIS e COFINS diferidos	(1.405)	(3.910)
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes e depósitos bancários vinculados	(9.829)	(31.933)
Juros incorridos de financiamentos	21.028	19.986
Imposto de renda e contribuição social provisionados	1.648	693
	<u>9.799</u>	<u>655</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	50.310	47.729
(Aumento) em estoques	(604)	(179)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	9.493	10.418
(Aumento) em despesas antecipadas	(17)	(110)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	(1.387)	5.272
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	258	818
(Redução) aumento em obrigações fiscais	(3.566)	3.933
	<u>64.286</u>	<u>68.536</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	64.286	68.536
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.648)	(693)
Juros pagos de financiamentos	(17.999)	(18.985)
	<u>44.639</u>	<u>48.858</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>44.639</u>	<u>48.858</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(16)	(130)
Aquisições do ativo intangível	-	(7)
Depósitos bancários vinculados	(8.840)	-
	<u>(8.856)</u>	<u>(137)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(8.856)</u>	<u>(137)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	(19.065)	(17.412)
Dividendos pagos	(16.998)	(25.182)
	<u>(36.063)</u>	<u>(42.594)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos	<u>(36.063)</u>	<u>(42.594)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(280)</u>	<u>6.127</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>13.795</u>	<u>7.668</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>13.515</u>	<u>13.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Suzano, São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, 700, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por meio de Concessão Administrativa, para prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiapuêba, de 10 m³/s de água tratada para os atuais 15 m³/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT. A operação da Companhia é regida pelos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS nº. 6.651/06" e pelo respectivo "Contrato de Concessão".

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos com vencimento original em 2024, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ao final do prazo da concessão. O prazo contratual poderá ser prorrogado, como previsto no contrato de concessão, desde que seja solicitado 24 meses antes do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

a. Receita operacional	14
b. Receita de ativo financeiro	14
c. Benefícios a empregados	15
d. Receitas financeiras e despesas financeiras	15
e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15
f. Estoques	16
g. Imobilizado	16
h. Ativos intangíveis	17
i. Instrumentos financeiros	18
j. Capital social	19
k. Redução ao valor recuperável (impairment)	19
l. Provisões	20
m. Mensuração do valor justo	20

a. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços e construção com a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP, o qual, de acordo com ICPC01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) Contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da SABESP.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	11,56%	11,56%
Juros efetivos do contrato de concessão	8,32%	9,05%

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

b. Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- descontos obtidos;
- outras despesas e receitas financeiras; e
- despesas com juros sobre financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é

reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflète as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

j. Capital social

(i) *Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de

um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo da adoção da IFRS 15.

a. Contratos de Construção

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo a IFRS 15, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo sobre às demonstrações financeiras.

b. Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo sobre às demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 no âmbito da IAS 39.

(i) Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

(ii) Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo em decorrência das receitas de serviços prestados. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) Classificação - Passivos financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre o risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transições

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

- o A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR (valor justo por meio do resultado).

Outras alterações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldos bancários	9.487	8.911
Aplicações financeiras	4.028	4.884
Total	<u>13.515</u>	<u>13.795</u>

As aplicações financeiras referem-se a debêntures com remuneração média anual atrelada ao CDI de 10,33% em 31 de dezembro de 2016 (9,67% em 31 de dezembro de 2015) e com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de empréstimos e recebíveis relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 18.

9 Depósitos bancários vinculados

Veja política contábil na nota explicativa 6 (i).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos bancários vinculados	9.341	-

Depósitos bancários vinculados referem-se a fundos de investimento mantidos em conta reserva no montante equivalente a três parcelas vincendas do contrato de financiamento, para atendimento de cláusula contratual conforme mencionado na nota explicativa nº 13, com remuneração média anual atrelada ao CDI de 13,92% em 31 de dezembro de 2016.

O saldo de depósitos bancários vinculados em 31 de dezembro de 2016, está mantido no ativo não circulante, devido a Companhia não ter apresentado fiança de instituição financeira que atenda os critérios exigidos pelo BNDES. A conta reserva, poderá ser substituída por fiança a ser prestada por instituição financeira, devendo o fiador obrigarse na qualidade de principal pagador das obrigações decorrentes do contrato, limitada a responsabilidade ao montante equivalente a três vezes o valor da maior prestação de

amortização do principal e/ou juros a vencer durante o prazo de vigência da carta fiança.

As informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de crédito, de mercado e de mensuração do valor justo relacionados a depósitos bancários vinculados estão incluídas na nota explicativa nº 18.

10 Contas a receber e outros recebíveis

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recebíveis de contratos de concessão		369.410	410.153
Adiantamentos		1.043	1.032
Outros créditos		925	1.733
Partes relacionadas - operações mensais	23	596	38
Total		<u>371.974</u>	<u>412.956</u>
Ativo circulante		54.798	72.203
Ativo não circulante		317.176	340.753

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	425.991
Receita decorrente de serviços de operação	60.257
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	31.933
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(108.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	410.153
Receita decorrente de serviços de operação	60.634
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	9.328
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(110.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	369.410

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados as contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 18.

11 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido concessão	12.869	14.109
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido concessão	2.793	3.063
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	699	8.346
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	363	591
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	106	232
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - sobre aplicações financeiras	57	39
Total	<u>16.887</u>	<u>26.380</u>
Ativo circulante	3.379	3.949
Ativo não circulante	13.508	22.431

12 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Partes relacionadas	23	25.549	25.583
Prestadores de serviços de obra		6.387	6.004
Fornecedores diversos		1.683	3.419
Total		<u>33.619</u>	<u>35.006</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 18.

Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Os compromissos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

31 de dezembro de 2016	Compromissos	12	2-3	4-5	Mais que
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>	futuros	meses	anos	anos	5 anos
Compromissos com contratos	25.540	10.261	5.593	4.964	4.722
31 de dezembro de 2015	Compromissos	12	2-3	4-5	Mais que
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>	futuros	meses	anos	anos	5 anos
Compromissos com contratos	27.210	10.332	5.223	4.734	6.921

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime contábil de competência, quando os serviços forem prestados e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

13 Financiamentos

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i) (ii) (iii).

<u>Linha de crédito</u>	<u>Nota</u>	<u>Indexador</u>	<u>médios a.a. (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BNDES - partes relacionadas	23	TJLP	10,40	de 2016 a 2024	195.867	211.922
Finame			2,50	de 2016 a 2018	178	348
(-) Custo de transação					(795)	(983)
Total					<u>195.250</u>	<u>211.287</u>
Passivo circulante					20.583	18.808
Passivo não circulante					174.667	192.479

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

As principais garantias do contrato de financiamento junto ao BNDES são:

- Cessão fiduciária de recebíveis e de penhor de ações de emissão da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A., pertencentes aos seus acionistas;
- Fiança bancária direta através do Banco PINE S.A., limitada a R\$ 25.000, porém não foi aceito pelo BNDES como garantia, conforme nota explicativa nº 9; e
- Constituição de conta reserva no montante equivalente a três parcelas vincendas.

A garantia dos contratos de FINAME é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 85 meses
Financiamentos (*)	196.045	20.759	22.013	24.354	26.958	29.840	72.121

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 97 meses
Financiamentos (*)	212.270	18.995	20.053	21.918	24.134	26.587	100.583

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 2.030 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 795 (R\$ 983 em 31 de dezembro de 2015). Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do período, do contrato de financiamento é de 8,61% a.a. em 31 de dezembro de 2016 e 8,46% a.a. em 31 de dezembro de 2015.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 85 meses
Financiamentos (*)	795	176	162	145	123	97	92

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 97 meses
Financiamentos (*)	983	187	176	162	145	123	190

b. Quebra e restabelecimento de cláusulas contratuais restritivas (covenants)

O financiamento obtido junto ao BNDES no montante de R\$ 195.867 em 31 de dezembro de 2016, possui cláusula contratual restritiva (*covenants*) determinando que, ao final de cada semestre, a Companhia deve atender aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3; e
- Margem operacional maior ou igual a 55%.

O cálculo dos índices mencionados acima é efetuado com base nos valores apurados nos últimos 12 meses constantes das referidas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 todos os índices estão sendo cumpridos.

14 Obrigações fiscais

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	27.326	27.854
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão	5.933	6.810
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.105	3.350
Programa de Integração Social (PIS)	238	727
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	142	147
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	128	42
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	17	14
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	32	32
Impostos Sobre Serviços (ISS)	-	916
	34.921	39.892
Passivo circulante	2.890	5.228
Passivo não circulante	32.031	34.664

15 Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos de natureza trabalhista e registrou em 31 de dezembro de 2016 provisão no valor de R\$ 15 (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2015).

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 30 (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Patrimônio líquido

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (j).

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 71.000.000 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2015), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2016	2015
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	95%	95%
Galvão Engenharia S.A. - (em recuperação judicial)	5%	5%
Total	100%	100%

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral de exercícios anteriores.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei 6.404/76 determina que deve ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato do BNDES e, dentre estas obrigações, ficou estipulado que, sem a prévia anuência expressa pelo BNDES, a Companhia não poderá efetuar a distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, seja ela sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros, amortização de dívida subordinada, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações, participação nos resultados ou honorários a qualquer título, a menos que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- Os recursos distribuídos sejam referentes a lucros líquidos apurados sobre fatos financeiros recorrentes;
- Os indicadores estabelecidos no contrato do BNDES permaneçam comprovadamente atendidos, tanto antes, quanto após a distribuição em questão; e
- A beneficiária esteja adimplente com todas as obrigações estabelecidas no contrato do BNDES.

Em 04 de abril de 2016, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas promoveram a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e aprovou a reversão do montante de dividendos mínimos obrigatórios que foram reconhecidos no passivo circulante em 31 de dezembro de 2015, para conta de reserva de retenção de lucros, e está a disposição dos acionistas para futura deliberação.

Conforme instrumento particular de usufruto de ações de 3 de janeiro de 2012 a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental passa a ter direito econômico de 100% dos recebimentos dos dividendos e juros sobre capital próprio.

17 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Total do passivo	313.566	359.542
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.515)	(13.795)
(=) Passivo Líquido (A)	300.051	345.747
Total do patrimônio líquido (B)	101.841	96.923
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	2,95	3,57

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil			Valor justo	
		Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
31 de dezembro de 2016						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Depósitos bancários vinculados	9	9.341	-	-	9.341	9.341
Total		9.341	-	-	9.341	9.341
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	13.515	-	13.515	
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	371.974	-	371.974	
Total		-	385.489	-	385.489	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	33.619	33.619	
Financiamentos (*)	13	-	-	196.045	196.045	
Total		-	-	229.664	229.664	

31 de dezembro 2015	Valor contábil				
	Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	13.795	-	13.795
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	412.956	-	412.956
Total		-	426.751	-	426.751
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	35.006	35.006
Financiamentos (*)	13	-	-	212.270	212.270
Total		-	-	247.276	247.276

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis, já que foram estipulados pelo BNDES juros de acordo com o plano de negócio específico da Companhia.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(iii) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e

gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(iv) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de cliente e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a SABESP e a inexistência de histórico de inadimplência do cliente que possui credibilidade no mercado. Anualmente, a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito e em 2016 foi emitido *Fitch Rating* nacional a longo prazo AA- (bra), o qual reflete a capacidade deste cliente em honrar de forma pontual e integral com o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.515	13.795
Depósitos bancários vinculados	9	9.341	-
Contas a receber e outros recebíveis (*)	10	370.931	411.924
Total		393.787	425.719
Ativo circulante		67.270	84.966
Ativo não circulante		326.517	340.753

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

(v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá

liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2016	2015
Financiamentos (*)	13	196.045	212.270
Fornecedores e outras contas a pagar	12	33.619	35.006
Total		229.664	247.276
Passivo circulante		54.378	54.001
Passivo não circulante		175.286	193.275

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Por tratar-se de uma SPE - Sociedade de Propósito Específico com a finalidade de gerir o contrato de PPP - Parceria Pública Privada firmado com a SABESP, a Companhia realizou abertura de crédito junto ao BNDES, baseada nas previsões de entrada de caixa previstas no respectivo contrato, conforme divulgado na nota explicativa nº 8. Este financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas podem exigir que a Companhia liquide o financiamento antecipadamente ou que os acionistas aportem recursos próprios.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 85 meses
Financiamentos	196.045	276.011	39.110	38.952	38.941	38.941	38.941	81.126
Fornecedores e outras contas a pagar	33.619	33.619	33.619	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 97 meses
Financiamentos	212.270	305.496	37.926	37.918	37.760	37.749	37.749	116.394
Fornecedores e outras contas a pagar	35.006	35.006	35.006	-	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(vi) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2016	2015
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	8	4.028	4.884
Depósitos bancários vinculados	9	9.341	-
Recebíveis de contratos de concessão	10	369.410	410.153
Passivos financeiros			
Financiamentos	13	195.867	211.922

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	4.028	CDI	8,89	358	11,11	447	13,33	537
Depósitos bancários vinculados	9.341	CDI	11,74	1.097	14,67	1.371	17,61	1.645
Recebíveis de contratos de concessão	369.410	IPCA	5,10	18.840	6,38	23.550	7,65	28.260
Passivos financeiros								
Financiamentos	(195.867)	TJLP	7,50	(14.690)	9,38	(18.363)	11,25	(22.035)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	186.912			5.605		7.005		8.407
Impacto no resultado e patrimônio líquido						1.401		2.802

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	4.028	CDI	8,89	358	6,666	268	4,44	179
Depósitos bancários vinculados	9.341	CDI	11,74	1.097	8,805	822	5,87	548
Recebíveis de contratos de concessão	369.410	IPCA	5,10	18.840	3,83	14.130	2,55	9.420
Passivos financeiros								
Financiamentos	(195.867)	TJPL	7,50	(14.690)	5,63	(11.017)	3,75	(7.345)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	186.912			5.605		4.204		2.802
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(1.401)		(2.802)

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP, da TJLP foi extraída da Receita Federal e o IPCA do BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2016.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (e).

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Ativo diferido	428	490	-	-	(62)	(59)
Custos de transação dos empréstimos	-	-	270	334	64	66
Contas a receber e imobilizado - líquidos - contratos de concessão	-	-	39.975	42.433	2.458	(5.279)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	1.231	1.102	(129)	615
Prejuízo fiscal a compensar (a)	586	1.316	-	-	(730)	(327)
Outras diferenças temporárias	273	103	-	-	170	7
	1.287	1.909	41.476	43.869	1.771	(4.977)
Compensação (*)	(1.287)	(1.909)	(1.287)	(1.909)	-	-
Total	-	-	40.189	41.960	1.771	(4.977)

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	2016	2015
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(229)	16.247
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	78	(5.524)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(9)	(14)
Outras	54	(132)
Imposto corrente	(1.648)	(693)
Imposto diferido	1.771	(4.977)
Alíquota efetiva	54%	35%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

20 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 6 (a) e (b).

	2016	2015
Receita de prestação de serviço da operação	60.634	60.257
Receita de ativo financeiro	9.328	31.933
Impostos sobre os serviços prestados	(5.561)	(9.801)
Total	64.401	82.389

21 Custos e despesas por natureza

	2016	2015
Custos dos serviços prestados		
Custo com serviços contratados	(22.479)	(19.732)
Custos com pessoal	(6.745)	(7.672)
Custos de concessão	(5.956)	(6.896)
Depreciação e amortização	(227)	(225)
Contrato de construção	(43)	-
Crédito Pis e Cofins	20	387
Total	(35.430)	(34.138)

Despesas administrativas e gerais	2016	2015
Despesas com pessoal	(3.562)	(3.963)
Serviços contratados	(5.262)	(8.062)
Outras despesas	(1.117)	(867)
Depreciação e amortização	(54)	(37)
Total	(9.995)	(12.929)

22 Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2016	2015
Juros de aplicações financeiras	1.175	1.579
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	2.215	261
Descontos obtidos	4	7
Outras receitas financeiras	-	37
Total	3.394	1.884

Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(21.028)	(19.986)
Outras despesas financeiras	(1.592)	(1.026)
Total	(22.620)	(21.012)

Despesas financeiras líquidas	(19.226)	(19.128)
--------------------------------------	-----------------	-----------------

23 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b. Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2016	2015
Remuneração da diretoria	332	558
Participação nos lucros e resultados	165	144
Encargos Sociais	51	49
Benefícios diretos e indiretos	33	30
Total	581	781

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 12)	(Nota 12)			
Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	596	38	-	-	2.691	
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental						134	
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	195	166	(2.253)	
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	-	-	63	(1.552)	
Redução de capital	(d)	-	-	25.354	25.354	-	
Total		596	38	25.549	25.583	(1.114)	(2.791)
Em financiamentos			(Nota 13)	(Nota 13)			
Financiamentos - BNDES	(e)	-	-	20.593	18.825	(21.021)	
		-	-	20.593	18.825	(21.021)	(19.781)
Não circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Em financiamentos			(Nota 13)	(Nota 13)			
Financiamentos - BNDES	(e)	-	-	175.274	193.097	-	
		-	-	175.274	193.097	-	-

- (a) Refere-se a repasses com gasto de pessoal alocados temporariamente entre as empresas do Grupo para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiro), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (b) Contrato de serviços de assistência técnica com acionista controladora iniciado em fevereiro de 2009, com valor fixo mensal atualizado de R\$ 183, válido até o final da concessão.
- (c) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Valor para futuro reembolso aos acionistas proveniente da redução do capital social da Companhia ocorrido em 24 de outubro de 2014.

- (e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

d. Dividendos a pagar

O saldo de dividendos a pagar apresentado no balanço patrimonial está líquido do montante de R\$ 16.998 pagos à Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 25.182 até 31 de dezembro de 2015).

A Companhia possui ainda saldo de dividendos a pagar de R\$ 7.628 (R\$ 29.650 em 31 de dezembro de 2015) aos seus acionistas relativos a exercícios anteriores.

e. Acionista não controlador

A Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial), detentora de 5% das ações da Companhia, inclusa no processo da operação "Lava Jato" da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás, e obteve a homologação de seu plano de recuperação judicial em 14 de setembro de 2015, juntamente com a parte relacionada Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial), controladora da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

Uma das medidas para pagamento de credores apresentada no plano de recuperação judicial de ambas partes relacionadas é a alienação da participação societária da Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial) no capital social da Companhia e a alienação da participação societária da Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) no capital social da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental. O edital de Oferta Pública de Alienação Judicial publicado em 12 de novembro de 2015 determinou a realização do pregão em 10 de dezembro de 2015. O leilão não se concretizou em função da falta de apresentação de propostas fechadas.

Diante de tais acontecimentos, a Companhia, apesar de ser geradora de caixa, está exposta ao risco de liquidez do Grupo, caso a controladora necessite de recursos da Companhia para operacionalizar o Grupo como um todo, uma vez que seu caixa é centralizado. Nestas circunstâncias, a Companhia poderá encontrar dificuldade para captação de recursos financeiros com terceiros, porém, baseada nas projeções futuras e considerando o fato de não possuir previsão orçamentária de captação de recursos para cumprimento de seus investimentos, a Companhia entende que suas operações serão suficientes para gerar fluxo de caixa positivo e cumprir com todas suas obrigações contratuais e financeiras, com exceção de eventuais desembolsos para suprir a necessidade do Grupo, fato este que a Companhia não espera ocorrer, pois a controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental está em processo de execução de um plano alternativo com o intuito de dar continuidade operacional no próximo exercício da Companhia e do Grupo, identificando os riscos relevantes e as medidas necessárias para minimizá-los, considerando o pressuposto de ausência de novos aportes de acionistas e a captação de recursos junto a terceiros. As principais ameaças estão atreladas aos compromissos inerentes dos contratos de concessão e a capacidade de liquidez no curto prazo, o qual a controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental já está em negociação com as instituições financeiras e que após a concretização do processo de alienação do capital da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, os novos acionistas viabilizarão os recursos caso seja necessário. Abaixo consta detalhes do plano de reestruturação financeira:

Em 17 de novembro de 2016 a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental juntamente com a Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial), BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, RKP BRL Investimentos I LLC e o Banco Votorantim, firmaram um acordo de investimento e outras avenças, o qual estabelece:

- A contribuição das ações da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental detida pela Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial) a um fundo de investimento em participações - FIP passando a Galpar a ser cotista do FIP que será controlado pela RKP BRL Investimentos I LLC;
- Reestruturação das dívidas do Grupo compreendendo: (i) stand still das debêntures e do financiamento junto ao BNDES de investida no montante de R\$ 476.000, sendo 3 anos de carência para amortização do principal e 2 anos de carência para os juros, com incorporação de juros não pagos ao saldo devedor; (ii) carência de principal e juros por 2 anos das cédulas de crédito de investidas no montante de R\$ 58.000 e do capital de giro no montante de R\$ 17.000; (iii) carência de 3 anos do principal e de 2 anos dos juros das notas promissória de investida no montante de R\$ 99.000, sendo os juros capitalizados e pagos ao longo do período de amortização; e (iv) subscrição de ações em aumento de capital da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental mediante capitalização de créditos adquiridos pelo FIP relativos a debêntures e cédulas de crédito no montante de R\$ 83.000 e R\$ 103.000, respectivamente.

Os planos descritos acima dependem do cumprimento, pelas partes, de determinadas condições suspensivas, como por exemplo, anuência das instituições financeiras da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental e suas controladas, aceite dos poderes concedentes pela transferência do controle acionário e comunicação ao juízo em decorrência do processo de recuperação judicial do seu controlador para que sejam concretizados.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguro garantia	7.119	7.119
Responsabilidade civil	4.000	4.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	32.000	33.600
Total	<u>43.119</u>	<u>44.719</u>

25 Compromissos

a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP, e estes estão sendo cumpridos.

b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 02 de março de 2009.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar.

* * *

Composição da Diretoria

Presidente do Grupo

Otávio Ferreira da Silveira

Diretoria

Eduardo Carlos Torzecki
Tiago Spolaor Silva Araújo

Contador

Patrícia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9